

CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS - MS

Termo de Referência 18/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	928641-CAMARA MUNICIPAL DE DOURADOS - MS	JOAO VITOR LEITE ALVES	08/05/2026 10:07 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		18/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, de primeiro uso, com características compatíveis com utilitários esportivos (SUV) ou equivalentes, na cor cinza ou prata para manter o padrão dos veículos oficiais, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Dourados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste instrumento, mediante especificações usuais de mercado.

1.3. Os veículos deverão possuir capacidade de transporte de até 07 (sete) ocupantes, incluindo o condutor, com configuração interna que possibilite o transporte simultâneo de passageiros e materiais, admitida a ampliação do volume de carga mediante rebatimento dos assentos.

1.4. A motorização deverá ser compatível com o porte do veículo, admitindo-se motores a combustão do tipo gasolina, etanol (flex) ou tecnologia híbrida, vedada a motorização exclusivamente a diesel, devendo apresentar desempenho adequado em diferentes condições de uso, inclusive com carga completa.

1.5. Os veículos deverão apresentar desempenho compatível com utilitários esportivos de porte médio, devendo possuir potência mínima referencial de 170 (cento e setenta) cavalos e torque mínimo de 25 (vinte e cinco) kgfm, ou desempenho equivalente comprovado, de modo a assegurar segurança em ultrapassagens, adequado desempenho em aclives e eficiência operacional, inclusive em condições de plena carga e em vias não pavimentadas.

1.6. A transmissão deverá ser automática ou automatizada, com, no mínimo, 6 (seis) marchas ou tecnologia equivalente ou superior.

1.7. Os veículos deverão apresentar aptidão para circulação em vias pavimentadas e não pavimentadas, incluindo estradas vicinais, acessos a distritos e trechos com condições adversas de trafegabilidade, devendo possuir características construtivas compatíveis com uso misto.

1.8. A altura livre do solo deverá ser compatível com a categoria, usualmente igual ou superior a 190 mm, de modo a permitir a transposição segura de irregularidades, desníveis e obstáculos, preservando a integridade dos componentes mecânicos e estruturais.

1.9. As dimensões deverão ser compatíveis com veículos de porte médio a grande, observando-se padrões de mercado quanto a comprimento, entre-eixos e largura, de forma a assegurar estabilidade, conforto e adequada capacidade interna.

1.10. O conjunto de suspensão, direção, rodas e pneus deverá ser compatível com uso urbano e rural, garantindo estabilidade, conforto, durabilidade e segurança, inclusive em vias não pavimentadas, sendo a direção assistida e admitindo-se suspensão traseira independente ou solução técnica equivalente ou superior.

1.11. As rodas deverão possuir dimensões compatíveis com o porte do veículo, usualmente iguais ou superiores a 18 (dezoito) polegadas, com pneus adequados à absorção de impactos e ao uso em vias irregulares.

1.12. Os veículos deverão atender aos requisitos mínimos de segurança, incluindo, obrigatoriamente, sistema de freios com ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD), controle eletrônico de estabilidade e tração, airbags e cintos de segurança para todos os ocupantes, além dos demais itens exigidos pela legislação de trânsito vigente.

1.13. Deverão possuir itens de conforto e conveniência compatíveis com a categoria, incluindo sistema de climatização com distribuição entre as fileiras de assentos, direção assistida, vidros e travas elétricas, bem como recursos de conectividade para apoio à navegação e comunicação.

1.14. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, emplacados, acompanhados de todos os acessórios obrigatórios, manuais, certificados e documentação pertinente, atendendo integralmente às normas do Contran, Senatran e demais legislações aplicáveis.

1.15. A contratada deverá assegurar garantia total de fábrica pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, com cobertura contra defeitos de fabricação e disponibilidade de assistência técnica autorizada em condições que viabilizem o adequado atendimento à Administração.

1.16. Não serão estabelecidas especificações que restrinjam indevidamente a competitividade, admitindo-se quaisquer modelos equivalentes que atendam integralmente aos requisitos técnicos e de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à motorização e capacidade operacional, em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

1.17. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, prorrogável conforme legislação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual de 2026 da Câmara Municipal de Dourados, inserida na Seção VII.A – Equipamentos e Material Permanente, especificamente no Item II – Aquisição de veículos, estando alinhada ao planejamento estratégico institucional e às diretrizes de gestão administrativa.

2.2. A necessidade da contratação decorre da demanda por assegurar condições adequadas para a realização de deslocamentos institucionais indispensáveis ao exercício das funções legislativas, administrativas e fiscalizatórias, incluindo atividades externas como visitas técnicas, ações de fiscalização, reuniões comunitárias e atendimento às demandas da população em todo o território do município.

2.3. O crescimento das atividades institucionais, aliado à ampliação das demandas operacionais, tem intensificado a necessidade de mobilidade, evidenciando a importância da disponibilização de meios de transporte eficientes, seguros e compatíveis com a realidade de atuação da Câmara Municipal de Dourados.

2.4. Os deslocamentos institucionais abrangem não apenas a zona urbana, mas também áreas rurais, distritos, estradas vicinais e regiões com condições adversas de trafegabilidade, incluindo a Reserva Indígena de Dourados, o que exige veículos com características técnicas adequadas, tais como robustez, desempenho, maior altura livre do solo e capacidade de operação em diferentes tipos de terreno.

2.5. Verifica-se, ainda, a ocorrência recorrente de deslocamentos que demandam o transporte simultâneo de equipes compostas por parlamentares, servidores e assessores, especialmente em atividades externas que exigem atuação conjunta, evidenciando a necessidade de veículos com maior capacidade de ocupação.

2.6. Registros administrativos demonstram a existência de solicitações formais de disponibilização de veículos que não puderam ser integralmente atendidas em razão da limitação da frota atualmente disponível, caracterizando demanda reprimida e insuficiência operacional para atendimento pleno das necessidades institucionais.

2.7. A limitação da capacidade dos veículos atualmente disponíveis, em especial aqueles com configuração padrão de 05 (cinco) lugares, tem ocasionado a necessidade de realização de múltiplos deslocamentos para atendimento de uma mesma demanda, resultando em aumento de custos operacionais, consumo de combustível, tempo de execução das atividades e desgaste da frota, impactando negativamente a eficiência administrativa.

2.8. Ademais, parte da frota existente apresenta limitações decorrentes do tempo de uso e dos custos associados à manutenção, comprometendo a confiabilidade dos veículos e a continuidade dos serviços públicos prestados.

2.9. Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de adoção de solução que amplie a capacidade operacional da frota, assegurando o transporte adequado de pessoas e materiais, com eficiência, segurança e racionalização dos recursos públicos, permitindo o atendimento de demandas com múltiplos ocupantes em um único deslocamento.

2.10. A contratação proposta está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou a viabilidade técnica e a vantajosidade do registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, de primeiro uso, como solução mais adequada para o atendimento da necessidade identificada.

2.11. A solução adotada, consistente no registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos com características compatíveis com utilitários esportivos (SUV) ou equivalentes, com capacidade para até 07 (sete) ocupantes e aptidão para uso em diferentes condições de trafegabilidade, mostra-se compatível com a realidade institucional, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional, continuidade dos serviços e adequada prestação das atividades públicas.

2.12. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições parceladas ao longo do exercício, pela possibilidade de variação da demanda institucional e pela conveniência administrativa de não vincular previamente a totalidade dos recursos orçamentários, conferindo maior eficiência e flexibilidade à gestão da frota.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, de primeiro uso, com características compatíveis com utilitários esportivos (SUV) ou equivalentes, na cor cinza ou prata, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Dourados.

3.2. A definição da solução decorre das conclusões do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual identificou a aquisição direta como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional, em comparação às opções de locação ou contratação de serviço de transporte.

3.3. A solução contempla o fornecimento integral dos veículos, devidamente licenciados, emplacados e em condições imediatas de uso, incluindo todos os acessórios obrigatórios, manuais, certificados e documentação exigida pela legislação vigente, sendo de responsabilidade da contratada todas as despesas necessárias à perfeita entrega dos bens.

3.4. Os veículos a serem ofertados deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, admitidas soluções equivalentes ou superiores:

- a) veículo automotor do tipo utilitário esportivo (SUV) ou equivalente, de porte médio ou superior;
- b) capacidade mínima para 07 (sete) ocupantes, incluindo o condutor;
- c) motorização a combustão do tipo gasolina, etanol (flex) ou híbrida, vedada motorização exclusivamente a diesel, com desempenho compatível com o porte do veículo e operação com carga máxima;
- d) potência compatível com a categoria, usualmente situada na faixa aproximada de 180 cv, admitidas variações desde que não comprometam o desempenho;
- e) torque compatível com a proposta de uso institucional, adequado para condução em vias urbanas e não pavimentadas;

- f) transmissão automática ou automatizada, com no mínimo 6 (seis) marchas ou tecnologia equivalente ou superior;
- g) tração dianteira, traseira ou integral, compatível com a categoria do veículo;
- h) altura livre do solo compatível com uso misto, usualmente igual ou superior a 190 mm, de modo a permitir circulação em vias irregulares;
- i) dimensões compatíveis com veículos de porte médio a grande, assegurando espaço interno adequado para passageiros e carga;
- j) conjunto de suspensão, direção, rodas e pneus compatíveis com uso urbano e rural, assegurando robustez, estabilidade e conforto;
- k) capacidade de carga compatível com o uso institucional, com possibilidade de ampliação do porta-malas mediante rebatimento dos bancos.

3.5. A solução deverá assegurar adequada capacidade de transporte de pessoas e materiais, permitindo o deslocamento simultâneo de equipes em atividades externas, com ganho de eficiência operacional e redução da necessidade de múltiplos deslocamentos para atendimento de uma mesma demanda.

3.6. Os veículos deverão apresentar características construtivas compatíveis com uso misto, incluindo aptidão para circulação em vias urbanas, rodovias, estradas vicinais e trechos não pavimentados, assegurando continuidade operacional em diferentes condições de trafegabilidade.

3.7. No tocante à segurança, os veículos deverão possuir, no mínimo, os seguintes itens: sistema de freios com ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD), controle eletrônico de estabilidade e tração, airbags, cintos de segurança para todos os ocupantes, além de demais equipamentos exigidos pela legislação de trânsito vigente.

3.8. Quanto aos aspectos de conforto e funcionalidade, os veículos deverão dispor, no mínimo, de sistema de climatização com distribuição entre as fileiras de assentos, direção assistida, vidros e travas elétricas, bem como recursos de conectividade compatíveis com a categoria.

3.9. A contratada deverá assegurar garantia total de fábrica pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, com cobertura contra defeitos de fabricação, bem como disponibilizar rede de assistência técnica autorizada no município de Dourados/MS em condições que viabilizem o adequado atendimento à Administração.

3.10. A solução adotada permite a incorporação dos bens ao patrimônio público, assegurando sua utilização continuada no atendimento das atividades legislativas, administrativas e fiscalizatórias, conferindo maior autonomia à Administração e melhor controle sobre a gestão da frota.

3.11. A execução da solução ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, com base na Ata de Registro de Preços.

3.12. A solução deverá observar, sempre que tecnicamente viável, critérios de sustentabilidade, incluindo eficiência energética e redução de impactos ambientais, em consonância com as diretrizes aplicáveis às contratações públicas.

3.13. Dessa forma, a solução proposta mostra-se apta a atender integralmente à necessidade identificada, proporcionando eficiência operacional, segurança nos deslocamentos institucionais e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além das exigências técnicas e funcionais inerentes ao objeto, deverão ser observados requisitos mínimos de sustentabilidade, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com o Decreto nº 11.246 /2022 e com as boas práticas previstas nos normativos federais aplicáveis. Nesse sentido, a contratada deverá:

- a) Priorizar, sempre que disponível, veículos com menor emissão de poluentes, compatíveis com padrões atualizados do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE);
- b) Utilizar e comprovar o fornecimento de pneus com certificação do Inmetro e índices de eficiência energética adequados;

- c) Assegurar a destinação ambientalmente adequada de óleos, filtros, baterias e demais resíduos gerados durante processos de manutenção, observando integralmente a legislação ambiental e normas da Conama;
- d) Adotar práticas relacionadas ao uso de materiais recicláveis e processos produtivos responsáveis na fabricação e entrega, quando aplicável;
- e) Promover ações que reduzam impactos ambientais, como manutenção preventiva adequada e práticas que favoreçam menor consumo de combustível.

4.1.1. Essas medidas visam reduzir impactos ambientais diretos e indiretos decorrentes da utilização dos veículos, fortalecendo o compromisso institucional com a sustentabilidade e a gestão eficiente dos recursos públicos.

Subcontratação

4.2. Não será permitida a subcontratação do objeto principal, admitindo-se atividades acessórias (logística, transporte, preparação).

Garantia da contratação

4.3. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 3 (três) anos de garantia total de fábrica, sem limitação de quilometragem, abrangendo componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, estruturais e demais itens cobertos pelas políticas oficiais do fabricante. Durante esse período:

- a) As revisões obrigatórias deverão ser realizadas exclusivamente em concessionárias ou oficinas autorizadas, mediante apresentação de comprovantes;
- b) A contratada deverá assegurar assistência técnica, substituição de peças e reparos necessários, sem ônus adicional à Administração, observadas as condições de uso regular;
- c) Em caso de defeito de fabricação que comprometa a utilização do veículo, deverá ser providenciada solução imediata, conforme políticas de garantia previstas pelo fabricante;
- d) A garantia deverá ser apresentada formalmente no ato da entrega, contendo condições, prazos, abrangência e canais de atendimento.

4.4. A exigência visa preservar a durabilidade, a segurança operacional e a economicidade no uso dos bens adquiridos, garantindo que o fornecimento ocorra em conformidade com o ciclo de vida esperado e com o interesse público.

4.5. A Administração não está obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos estimados registrados na Ata de Registro de Preços, podendo realizar as contratações de forma parcelada, conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão a autorização de fornecimento.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Marcelino Pires, 3600 Sala A7 Shopping Avenida Center Dourados / MS.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a contratada deverá complementar a garantia pelo período restante, assegurando a cobertura integral prevista para o bem.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os veículos fornecidos em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem quaisquer ônus adicionais ao Contratante, abrangendo peças, mão de obra e demais elementos necessários à plena recuperação do bem.

5.6. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva pelo próprio contratado ou, quando necessário, por meio de assistência técnica autorizada pelo fabricante, observadas as normas técnicas e procedimentos recomendados.

5.7. Para fins desta contratação, considera-se manutenção corretiva aquela destinada a corrigir defeitos eventualmente apresentados pelos veículos, compreendendo substituição de peças, ajustes, reparos, calibrações ou quaisquer outras intervenções necessárias à restauração de suas condições regulares de funcionamento.

5.8. As peças que apresentarem defeito dentro do prazo de garantia deverão ser substituídas por peças novas, originais, de primeiro uso, mantendo padrões de desempenho e qualidade iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do veículo.

5.9. Uma vez notificada, a contratada deverá realizar a reparação ou substituição das partes defeituosas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da retirada do veículo das dependências da Administração pelo contratado ou por assistência técnica credenciada.

5.10. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que haja solicitação formal e devidamente justificada pela contratada, aceita pelo Contratante.

5.11. Caso seja necessária a prorrogação do prazo de reparo, a contratada deverá disponibilizar veículo substituto, de especificação igual ou superior ao originalmente fornecido, garantindo a continuidade dos serviços administrativos durante o tempo de indisponibilidade do bem.

5.12. Decorrido o prazo estabelecido para reparos sem atendimento ou justificativa válida, o Contratante fica autorizado a contratar terceiro para execução dos serviços necessários, assegurado o direito ao reembolso integral dos custos por parte da contratada, sem prejuízo da manutenção da garantia original do veículo.

5.13. Todos os custos de transporte dos veículos para fins de garantia serão integralmente suportados pela contratada, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais ao Contratante.

5.14. A garantia legal e a garantia contratual possuem vigência própria e independente do prazo contratual, permanecendo plenamente exigíveis mesmo após o término da vigência do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do

plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização técnico administrativo

6.7. Caberá ao fiscal técnico administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: (Art. 21. Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS).

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII – fazer a manutenção dos prazos contratuais e comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para renovação da licitação, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, à prorrogação contratual ou para extinção;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico administrativo, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 20 da portaria acima citada;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 20 da Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS;

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24 da Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS; mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico administrativo;

XI - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

XII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico administrativo, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 20 da Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS;

XIII - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 20 da Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS.

Gestor do Contrato

6.8. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (Art. 20, Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS):

I – exercer as atividades inerentes à gestão de contratos em conformidade com o inciso I do artigo 18 Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS, bem como coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnico-administrativa, de que trata o inciso II, do caput do art. 18 da mesma portaria;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato

e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III – examinar regularidade e acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao controle de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 18;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico-administrativos e orientação do supervisor de fiscalização contratual;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico-administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e, eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

XI - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XII - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto no termo de referência e documento contratual;

Supervisor de Fiscalização Contratual

6.9. Caberá ao supervisor de fiscalização contratual e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as seguintes atribuições:

I – Auxiliar e orientar os gestores de contratos no desempenho de suas competências;

II – fiscalizar, auxiliar e orientar os fiscais técnico-administrativos de contratos no desempenho de todas as suas competências, quanto aos aspectos quantitativo e qualitativo da execução contratual, economicidade, eficiência, produção de relatórios, tomada de decisões, instrução processual prévia e necessária nos atos de prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, orientando na solicitação e verificação das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo pertinente ao setor;

III – exercer todas as atividades inerentes à supervisão e orientação de fiscalização, nos termos do inciso III do art. 18 Portaria Normativa 003/2024 da Câmara Municipal de Dourados-MS, devendo promover a consolidação de dados a respeito da execução contratual, de demandas da Administração, a fim de auxiliar e subsidiar na elaboração do plano anual de contratações públicas da Câmara Municipal de Dourados;

IV – cumprir com exatidão as ordens e ações designadas pelo Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica da Câmara Municipal de Dourados quanto à fiscalização, condutas e orientações na supervisão centralizada das execuções contratuais;

V – informar e notificar os gestores e fiscais de contratos a respeito de irregularidades formais, materiais ou ilegalidades na execução, gestão e fiscalização contratual, a fim de promover a correção dos atos irregulares, proteção ao patrimônio público e à moralidade administrativa, evitando qualquer dano ao erário.

VI – orientar os gestores e fiscais de contrato às medidas a serem tomadas diante de fatos que impactem negativamente na execução contratual, sempre primando pela prevenção de riscos.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Multa moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 0,10% (zero vírgula dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular, conforme inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4.3. Multa compensatória, para as infrações das alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

7.2.4.4. Multa compensatória, para a inexecução total do contrato (alínea “c”), de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Multa compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Multa compensatória, em substituição à multa moratória pela infração da alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da parcela afetada.

7.2.4.7. Multa compensatória, para a infração da alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da parcela atingida.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

7.5. Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.6. Se a multa aplicada ou as indenizações devidas forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

7.7. A multa deverá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da comunicação pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

7.8.1. As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial e os cadastrados no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2025.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Para fins de habilitação, a comprovação da qualificação econômico-financeira será exigida nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.22.1. Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, no caso de pessoa física, desde que admitida sua participação na contratação, ou de sociedade simples.

9.22.2. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.22.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.22.4. A comprovação da boa situação financeira será aferida mediante a obtenção dos seguintes índices contábeis, devendo apresentar resultados superiores a 1 (um):

a) Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

b) Solvência Geral (SG) = $\text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

c) Liquidez Corrente (LC) = $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$.

9.22.5. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.22.6. Os índices contábeis deverão ser comprovados com base no último exercício social, exceto no caso de empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos, hipótese em que os documentos se limitarão ao período de sua existência.

9.22.7. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23. Os documentos referidos neste item deverão ser apresentados conforme as normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive quanto à obrigatoriedade de Escrituração Contábil Digital (ECD), quando exigível pela Receita Federal do Brasil.

9.23.1. A exigência dos documentos de qualificação econômico-financeira visa assegurar que o contratado possua capacidade econômica suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, mitigando riscos à execução e resguardando o interesse público.

Qualificação Técnica

9.24. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, mediante apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando aplicável. Os documentos deverão comprovar experiência prévia no fornecimento de veículos automotores zero quilômetro, preferencialmente utilitários esportivos (SUVs), com especificações técnicas compatíveis às exigidas neste Termo de Referência.

9.24.1. Para fins da comprovação prevista no subitem anterior, os atestados apresentados deverão demonstrar que a licitante executou contratos com as seguintes características mínimas:

9.24.1.1. fornecimento de veículos automotores zero quilômetro destinados a uso institucional, público ou corporativo;

9.24.1.2. entrega de veículos com requisitos técnicos equivalentes aos especificados neste Termo de Referência, tais como características de segurança, potência, capacidade interna, tecnologias embarcadas e características estruturais similares às de veículos do tipo SUV; e

9.24.1.3. cumprimento integral das obrigações contratuais, incluindo garantia, assistência técnica e suporte pós-venda, compatíveis com as exigências desta contratação.

9.24.2. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, será admitida a apresentação de mais de um atestado, podendo ser somados os quantitativos provenientes de contratos executados de forma concomitante, desde que atendidas as características técnicas estabelecidas.

9.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que comprovado o vínculo societário e que a unidade indicada tenha participado da execução do objeto que originou o atestado.

9.24.4. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu origem ao atestado, dados completos do contratante, endereço atualizado e local de execução do objeto contratado, entre outros documentos que se fizerem necessários.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 433.380,00 (Quatrocentos e trinta e três mil trezentos e oitenta reais).

10.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária: 01.001.01.031.0001.2125.3.3.90.00.00.00.00.1.500.000 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As condições estabelecidas neste Termo de Referência integram o instrumento convocatório e serão obrigatoriamente observadas pela contratada durante toda a execução contratual, não podendo ser alegado desconhecimento de quaisquer de suas cláusulas.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com observância da legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, demais normativos vigentes e princípios da administração pública.

12.3. As responsabilidades assumidas pela contratada não excluem aquelas previstas na legislação específica, tampouco afastam a obrigação de reparar integralmente danos causados ao Contratante ou a terceiros durante a execução do contrato.

12.4. Todos os documentos, manuais, certificados, relatórios de inspeção e demais materiais técnicos relativos ao objeto deverão ser entregues à Administração no ato do recebimento definitivo, constituindo parte integrante do processo administrativo.

12.5. As comunicações formais entre as partes serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, utilizando-se os endereços de e-mail informados pela contratada na proposta, bem como os cadastrados no SICAF, quando aplicável.

12.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções, auditorias ou verificações necessárias ao acompanhamento da execução contratual, devendo a contratada fornecer acesso e informações indispensáveis para tais atividades.

12.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no edital e na legislação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

12.8. A interpretação das disposições aqui previstas observará o interesse público, a finalidade do contrato e o atendimento integral das necessidades institucionais da Câmara Municipal de Dourados.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO VITOR LEITE ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 10:07:24.